



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

### RELATÓRIO DE AUDIÇÃO DE PETICIONÁRIOS

PETIÇÃO N.º 622/XIII/4.ª

XIV LEGISLATURA

2.ª Sessão Legislativa

**Dia:** [19 de janeiro de 2021](#)

**Hora:** 11.30

**Sala:** 8, com inclusão de videoconferência

**Entidade:** 1.º Peticionário da Petição n.º 622/XIII/4.ª [Plataforma Alentejo, representada por Claudino Matos]

**Assunto:** Apresentação de um conjunto de prioridades para o desenvolvimento sustentável da região do Alentejo

**Deputados presentes:** Deputados Cristóvão Norte (PSD), relator, Telma Guerreiro (PS), Isabel Pires (BE) e João Dias (PCP).

**Preocupações expressas:** Os peticionários começaram por agradecer a possibilidade de serem ouvidos em audição, disponibilizaram uma [apresentação](#) e informaram que a delegação era constituída pelo Senhor Claudino Matos, pelo Senhor José Soeiro, pelo Professor Manuel Tão, pelo Senhor João Paulo Trindade, pelo Senhor João Lopes Baptista, pelo Senhor Armando Varela e pelo Senhor Filipe Pombeiro.

O peticionário Claudino Matos explicou que a Plataforma Alentejo visa afirmar uma estratégia integrada de acessibilidades sustentável do Alentejo nas ligações nacional e internacional. Salientou que a inicial intenção de constituição da Plataforma foi a inscrição de propostas na fase de discussão do PNOT e do PNI2030. De seguida, apresentou as entidades que se associaram na constituição da Plataforma Alentejo. Referiu existirem um conjunto de rodovias incompletas, realçou o porto de Sines e o aeroporto de Beja como eixos fundamentais, culminou registando a falta de acessibilidades ao interior do país. Apresentaram as seguintes propostas rodoviárias: a criação de uma ligação entre o nó de Nisa (A23) e a A6, com o intuito de ligar o Norte Alentejo a Évora; no Baixo Alentejo falta a conclusão dos troços do IP8 a renovar até Vila Verde de Ficalho. Acerca da ferrovia realçou ser fundamental a eletrificação e a conexão da Linha do Alentejo com a Linha do Algarve, assim como a ligação Abrantes-Portalegre-Caia, e a criação de terminais ferroviários no troço em construção Sines-Caia. Destacou que o Alentejo, em particular o seu interior, é das regiões mais

carenciadas em termos de infraestruturas. Salientou a centralidade do aeroporto de Beja no sul do país, referiu que há de ocorrer uma retoma da aviação civil após a pandemia, assim considerou a necessidade de viabilizar o aeroporto de Beja como constituinte fundamental do *hinterland* ibérico. Por fim, salientou que os investimentos para o Alentejo podem ser financiados com uma comparticipação até 90%, através do Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional, por se tratar de uma região enquadrada no Objetivo 1, a que acresce as anunciadas verbas do Plano de Recuperação e Resiliência, a denominada bazuca.

O Senhor Deputado João Dias (PCP) cumprimentou os peticionários, felicitou a iniciativa, a qual considerou bastante pertinente, destacou as questões elencadas no âmbito da mobilidade, e salientou que o GP PCP tem acompanhado e valoriza as reivindicações da Plataforma Alentejo, quer no âmbito da ferrovia como na utilização aeroportuária. Deu conta da visão alargada, apresentada pelos Peticionários, em termos de acessibilidades para o Alentejo, nesse sentido começou por abordar a não conclusão das obras do IP2, há cerca de 9 anos, o que possibilitaria a melhoria da mobilidade entre Portalegre e Évora. Afirmou que não basta a apresentação de estudos por parte do Governo, mas sim a sua materialização, nesse sentido explanou, com reservas, sobre potenciais atribuições de fundos ao Alentejo oriundos da designada bazuca europeia. Afirmou que a região não precisa de favores, porém deve ter acesso ao que lhe é legítimo por direito. Considerou fundamental a eletrificação e modernização de toda a linha do Alentejo, vincando que tal deve ocorrer na sua totalidade e não de forma parcial, indo ao encontro dos interesses económicos e sociais dos seus habitantes. Em seu entender, considerou essencial a valorização do aeroporto de Beja, nomeadamente com a concretização da variante ferroviária na linha do Alentejo e observou que no último estudo já foi atendida. Prosseguiu, defendendo que os alentejanos devem ser servidos pelo IP8, totalmente renovado e com duas vias de trânsito em cada sentido, em detrimento da modalidade preconizada pela A26. Observou as atuais condições de degradação do IP8, designadamente o mau estado do asfalto, a ausência de bermas e com um sinal de perigo a cada 100 metros. Acerca dos projetos anunciados para o IP8, demonstrou preocupação com as obras de arte que ficaram por concluir em 2012, levantou a questão se ocorrerá a recuperação do traçado em construção, que ficou parada, até Beja, ou se apenas ocorrerá a revitalização do atual traçado do IP8. Por fim, questionou os Peticionários se consideram ser imprescindível não falhar o ano de 2021 com vista a preparação dos projetos para a obtenção de fundos, para que os mesmos possam ser efetivos no terreno.

Por sua vez, a Senhora Deputada Telma Guerreiro (PS), após cumprimentar os peticionários, agradeceu o trabalho refletido da Plataforma Alentejo, destacou o forte



contributo promovido em prol do desenvolvimento do Alentejo. Observou que o espírito das Petições é dar vós aos cidadãos e às regiões e invocou o espírito positivo inerente à mobilização das populações. Afirmou a esperança das populações associada a um momento de oportunidades, decorrente das possibilidades de financiamento europeu para a concretização de projetos nacionais. Frisou a vontade de investir por parte do Governo, nesse sentido enumerou os investimentos na ferrovia, nomeadamente o troço Évora-Elvas, a modernização e eletrificação do troço de linha ferroviária entre Casa Branca e Beja, a potencial criação de uma variante ao aeroporto de Beja e a possibilidade de revitalização da linha do Alentejo. Salientou que não há desinvestimento na região, pelo contrário ocorre a possibilidade de reivindicar e afirmou que se associa às causas expostas pelos Peticionários.

Usou da palavra a Senhora Deputada Isabel Pires (BE), que, após cumprimentar os peticionários, agradeceu o estudo apresentado pela Plataforma Alentejo e referiu complementar as reivindicações da AMA Alentejo. Salientou o trabalho de reflexão e de elaboração de propostas concretas e fundamentadas, no seu entender devem os GP acompanhar através da apresentação de iniciativas legislativas. Afirmou que o GP BE já apresentou iniciativas no âmbito da ferrovia, sem prejuízo de um trabalho de estudo mais aprofundado sobre o plano ferroviário nacional. Destacou que a ferrovia é um desafio nacional e que os projetos a desenvolver devem estar interligados e dar resposta às necessidades de todos os distritos. Observou que os investimentos a concretizar devem favorecer a mobilidade dos cidadãos e contribuir para o desenvolvimento económico das regiões. Ressalvou os investimentos rodoviários apresentados, destacou a primazia dada à ferrovia, nesse sentido questionou quais os investimentos considerados prioritários.

Tornou a usar da palavra o peticionário Manuel Tão para agradecer o apoio evidenciado pelos Partidos presentes acerca das pretensões expressas. No que concerne à ferrovia, até 2030, observou ser patente o projeto em curso entre Évora e Elvas, porém a modernização e eletrificação da linha do Alentejo permitirá retomar um sistema ferroviário a Sul do Tejo, atualmente muito débil. Frisou se o objetivo for considerar a linha do Alentejo como um ramal a Beja vão continuar a prevalecer os problemas estruturais. Levantou dúvidas acerca da modalidade de financiamento, observou que Portugal vai ter acesso a cerca de 10 mil milhões de euros até 2030, destacou que apesar do investimento de 6 mil milhões de euros destinado ao corredor atlântico, sobram 4 mil milhões de euros que podem ser empregues em diversos investimentos ferroviários. Fazendo fé ao estudo da Refer de 2015 explicou que o investimento necessário para a requalificação da linha do Alentejo rondará os 200 milhões de euros. Afirmou que materializar a ligação ferroviária a Beja através de um ramal pouco benefício trará à região e não atenderá às necessidades do crescimento



logístico do Porto de Sines. Explicou a relevância de uma visão abrangente, referiu a premência em projetar o *hinterland* na Extremadura espanhola, bem como apresentar modelos de desenvolvimento integrados com a dinâmica territorial. Afirmou existir a Sul do Tejo um déficit de profundidade territorial, salientou a pertinência do Alentejo em ganhar escala, em valorizar as suas potencialidades, em suprimir as distâncias temporais e integrar-se nas dinâmicas territoriais do Algarve e da Extremadura espanhola. Em seu entender, considerou ser fundamental suprimir até 2030 as debilidades existentes no Alentejo, para tal contribuíram os investimentos na ferrovia e a melhoria das acessibilidades rodoviárias. Acerca da rodovia observou o atual ponto de situação da A26, referindo corresponder a um sistema viário inacabado. Observou que as infraestruturas correspondem a agentes catalisadores da intervenção humana num espaço mais vasto, que transcende as fronteiras regionais, dentro de Portugal, e entre estados membros, Portugal e Espanha. Por fim, salientou a necessidade de aglutinar os ativos da região e criar escala, observou que só assim será possível criar emprego e potenciar o investimento.

Finalmente, o relator agradeceu aos peticionários e informou-os dos trâmites subsequentes na apreciação da petição.

Palácio de São Bento, em 4 de março de 2021

O Assessor da Comissão

(Luís Marques)